

DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM PROJETO DE ENSINO SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Autores: SHIRLEY APARECIDA FERREIRA DA SILVA, MARIA APARECIDA DOS SANTOS RODRIGUES, SAMARA GRACIELLE FELIX RODRIGUES, SARA CRISTINA CARDOSA DE LIMA, THALITA BASTOS DE JESUS, SHYRLIENE SILVA SOARES BRAGA, MÔNICA AMORIM,

Introdução

Este trabalho resulta de uma experiência vivida no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no Projeto de Pedagogia, mais especificamente no subprojeto que aborda o ensino da história nas séries iniciais da escola fundamental. O trabalho consistiu em organizar e desenvolver um projeto de ensino sobre a inclusão social de pessoas com deficiência em nossa sociedade. Isso porque entendemos que a escola é, juntamente com a família, um espaço crucial para a defesa dos direitos humanos e, portanto, para abordar questões como violência, preconceito e exclusão social dos deficientes. Estas questões, que estão diretamente ligadas ao papel da escola na formação de subjetividades, precisam ser discutidas na instituição escolar de modo a contribuir com a formação de valores dos nossos estudantes e a construção de uma sociedade inclusiva. Foram estas questões que serviram de mote desse nosso trabalho, desenvolvido com estudantes do ensino fundamental.

Material e métodos

A partir de observações empíricas, enquanto integrantes do projeto do PIBID-Pedagogia que atua em uma escola pública situada em Montes Claros/MG, reconhecemos a importância de organizar e desenvolver uma proposta de ensino destinada à abordagem da inclusão social de pessoas com deficiência. Igualmente entendemos a necessidade de ampliar nossa compreensão sobre o tema e buscamos suporte, entre outros, nos trabalhos de Maciel (2000) e Alt (2015). Assim, realizamos um estudo teórico e, posteriormente, planejamos e desenvolvemos um projeto de ensino com as crianças do 3º ano do ensino fundamental com o intento de promover uma aproximação dos alunos com o universo da inclusão social das pessoas com deficiência e contribuir para o reconhecimento da diversidade e o respeito às diferenças.

O trabalho foi realizado ao longo de dois meses através de encontros semanais. A metodologia adotada envolveu: (1) aplicação de questionários para diagnóstico dos conhecimentos prévios dos alunos; (2) roda de história para problematizar a realidade vivida pelo deficiente; (3) palestra com especialista para analisar o trato ao deficiente e a questão da acessibilidade na escola; (4) leitura de história e análise de imagens para problematizar as diversas deficiências e o preconceito com pessoas com deficiência; (5) dinâmicas de grupo para tratar da inclusão social; (6) sessão de história e discussão sobre direitos da criança e da pessoa com deficiência; (7) construção de placas para realização de passeata na escola sobre o respeito aos deficientes.

Resultados e discussão

Segundo Maciel (2000) ainda hoje na sociedade brasileira milhares de pessoas com alguma deficiência são discriminadas nos locais em que vivem ou são excluídas do mercado de trabalho e o processo de exclusão social dessas pessoas “é tão antigo quanto a socialização do homem”. Para Alt (2015) “Durante séculos, mesmo em países desenvolvidos, a deficiência era vista como algo degradante e motivo de vergonha”.

Em se tratando de países em desenvolvimento, como o Brasil, ainda hoje as deficiências são vistas “como algo vergonhoso, como uma maldição ou até mesmo uma punição de Deus. É comum pessoas esconderem familiares com deficiência em casa, impedindo-os de ter uma vida em sociedade”. De acordo com Alt (2015) há uma crença equivocada de que o deficiente é incapaz de “viver uma vida normal” e o preconceito favorece a exclusão dos deficientes. Muitas vezes o preconceito parte da própria família e contribui para que o deficiente internalize um sentimento de incapacidade, de vergonha, de baixa autoestima. Ademais, a falta de estrutura em países em desenvolvimento, concorre para que as pessoas com deficiência sejam extremamente dependentes de suas famílias. (ALT, 2015).

Ainda na acepção de Alt (2015) a *ausência de políticas públicas e a rejeição familiar violam direitos humanos. No enfrentamento dessa realidade, o Brasil instituiu em julho de 2015 a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)* que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (Art. 1º da LEI Nº 13.146 de 6/7/2015).

Mas a promulgação da citada Lei é um entre os passos fundamentais para alterar o cenário de marginalização do deficiente. Entre outros, se destacam: o acatamento da Lei, a inclusão escolar e a alteração da visão social em relação ao deficiente. Ou seja, é fundamental desenvolver todo um trabalho de combate ao preconceito e, nesse quesito, a educação escolar tem papel estratégico. (MACIEL, 2000; ALT, 2015).

Conclusão

Consideramos que o desenvolvimento das atividades com os alunos envolvidos no estudo contribuiu não apenas com a formação dos estudantes, mas com a nossa formação enquanto professoras. Assim, ressaltamos que o projeto de ensino atingiu seu propósito de contribuir com a formação cidadã das crianças e destacamos sua importância enquanto experiência de iniciação à docência já que permitiu a construção de saberes necessários ao exercício profissional, entre os quais saberes didáticos alusivos ao planejamento, bem como conhecimentos relacionados à condição do deficiente em nossa sociedade. Importante assinalar que o trabalho nos permitiu desconstruir a crença equivocada de que “o deficiente é incapaz de viver uma vida normal” e aprofundar o entendimento acerca da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (LEI Nº 13.146/2015). Ademais, reforçou nossas convicções de que o currículo escolar não pode negligenciar a abordagem e defesa dos direitos humanos.



Agradecimentos

Agradecemos o apoio do PIBID/CAPES/MEC e da UNIMONTES.

Referências bibliográficas

ALT, Vívian. **Como o preconceito exclui pessoas com deficiência**. Revista Carta Capital, 26/02/2015. <http://politike.cartacapital.com.br/a-maldicao-do-preconceito-as-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em: 06/03/2017.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 13.146 de 6/7/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm Acesso em: 06/03/2017.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência**: a questão da inclusão social. São Paulo. Perspec. vol.14. n.2. São Paulo, Apr./June 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008 Acesso em: 05/03/2017.